

**Transformando vidas: grau de adesão a uma proposta de empreendedorismo gastronômico para mulheres em situação de vulnerabilidade social**

DOI: 10.2436/20.8070.01.178

**Fernanda Meneses de Miranda Castro**

Doutora em Desenvolvimento Regional e Urbano, Unifacs, Brasil.  
Professora EBTT do Instituto Federal Baiano, *Campus* Catu, Brasil.  
E-mail: [ferdicastro@hotmail.com](mailto:ferdicastro@hotmail.com)

**Lais Moreira Cavalcanti**

Especialização em Cozinha Internacional pela Faculdade SENAC Pernambuco, Brasil.  
Professora EBTT do Instituto Federal Baiano, *Campus* Catu, Brasil.  
E-mail: [lais.cavalcanti@ifbaiano.edu.br](mailto:lais.cavalcanti@ifbaiano.edu.br)

**Stefanie Amaral da Silva Rabelo**

Técnica em Cozinha, Instituto Federal Baiano, *Campus* Catu, Brasil.  
Estudante do Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia do Instituto Federal Baiano, *Campus* Catu, Brasil.  
E-mail: [rabelostefanie@gmail.com](mailto:rabelostefanie@gmail.com)

**Resumo**

O objetivo deste artigo foi verificar, através de um relato de experiência no município de Catu, Bahia, Brasil, a adesão de mulheres em situação de vulnerabilidade social em um projeto de empreendedorismo gastronômico. A pesquisa foi executada através da metodologia da pesquisa-ação, com 26 mulheres, com visitas técnicas, questionários, entrevistas semiestruturadas, realização de ciclos de palestras e oficinas gastronômicas. Observou-se a baixa adesão das participantes não conseguindo presença constante e absoluta nas atividades propostas. A pesquisa concluiu que há a necessidade de realização de estudos em busca de ações mais efetivas para a diminuição da vulnerabilidade social das mulheres do município de Catu.

**Palavras-chave:** Vulnerabilidade social. Ação social. Mulheres. Empreendedorismo gastronômico.

## 1 INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade, no contexto da discussão dos gêneros, apresenta para a mulher um papel central, pois, muitas vezes, por circunstâncias da própria realidade, ela assume sozinha a função de chefe de família. Isto porque, de acordo com Gomes e Pereira (2005), no Brasil a exclusão social relaciona-se em maior parte com a pobreza, já que as pessoas que ocupam essa condição encontram-se em risco pessoal e social, excluídas das políticas sociais básicas. Os autores ainda afirmam que os níveis de pobreza identificados encontram causa determinante na estrutura desigual da sociedade brasileira no que se refere à distribuição da renda e a oportunidades de inclusão social e econômica. Quando observadas as famílias chefiadas por mulheres nas camadas mais pobres da população, de acordo com Carvalho (1998, p. 85), estas são em grande parte associadas às situações de vulnerabilidade econômica, pois a mulher, como único membro adulto do domicílio, é sua provedora, além de assumir funções domésticas e o cuidado com os filhos, o que implica sua vinculação em trabalhos mal remunerados em tempo parcial ou intermitente, gerando maiores dificuldades para garantir a subsistência da família.

Percebe-se que ações que visam a qualificação profissional de mulheres podem se configurar como uma eficiente ferramenta de minimização dos impactos desta vulnerabilidade. O empreendedorismo gastronômico, neste cenário, também pode ser empregado como uma alternativa ao novo formato do mercado de trabalho, onde a tecnologia e inovação têm sido reconhecidas como estratégias de gestão. Neste contexto, a gastronomia tem sido alvo de várias iniciativas inovadoras, que subvertem o tradicional modelo de restaurantes para contornar dificuldades como imprevisibilidade de entradas, necessidade de grandes estoques e desperdício de ingredientes e, sobretudo, como alternativa para os empreendedores individuais que não têm o montante financeiro suficiente para a criação de grandes empreendimentos e encontram nestes espaços alternativas de sobrevivência econômica e social e incrementando o turismo nas cidades.

A gastronomia é um componente essencial da atividade turística e, por vezes, força motriz do turismo em determinados destinos. Pode-se definir o turismo gastronômico como “qualquer experiência turística em que se aprende, aprecia e/ou consome alimentos e bebidas que refletem a culinária local, regional ou nacional, o patrimônio, cultura, tradição ou técnicas culinárias” do destino receptor (MTC, 2010, p. 8). O turismo gastronômico “oferece uma oportunidade memorável para experiências culinárias e que contribuem significativamente para a motivação e comportamento de viagem” (HARRINGTON; OTTENBACHER, 2010, p. 14). De acordo com a Organização Mundial de Turismo (UNWTO, 2012), a gastronomia turística tem sido valorizada por ser um segmento dinâmico e criativo. Deste modo, os destinos e as empresas de turismo têm estimulado, através deste nicho, o desenvolvimento econômico local, regional e nacional e diversificado da oferta turística. Ao mensurar a contribuição econômica da gastronomia para o turismo, o Ministério do Turismo afirma que os gastos do turista com gastronomia estão em segundo lugar: o primeiro é o transporte e o terceiro a hotelaria. (MTUR, 2012). No âmbito internacional não é diferente. Em 2011, a Espanha recebeu cerca de 56,7 milhões de turistas, gerando uma receita de 43 bilhões de euros, 11% do Produto Interno Bruto - PIB. Destes turistas, 10% relataram que a gastronomia era o principal fator motivacional de suas viagens, ajudando o setor de alimentos e bebidas a contribuir em 7,6% com o PIB espanhol (UNWTO, 2012).

O turismo gastronômico se configura como um importante elo entre trabalho e empregabilidade. Por estar no setor de serviços, existe a possibilidade de inserção no micro empreendedorismo individual. Ao se inserir nesta modalidade, a mulher tem a

possibilidade de se formalizar e se incluir na população economicamente ativa de maneira criativa visto que os visitantes buscam elementos da gastronomia local e nem sempre frequentam apenas restaurantes para conhecê-la. Deste modo, uma proposta de empreendedorismo gastronômico pode permitir a ampliação da oferta de serviços de alimentação tanto para comunidade como para os visitantes e, sobretudo, apresentar uma possibilidade de geração de renda para famílias chefiadas por mulheres.

A partir deste contexto, professores e estudantes do curso de Cozinha do Instituto Federal Baiano (IF Baiano) *Campus* Catu sentiram a necessidade de desenvolver ações voltadas para estas mulheres enquadradas neste público na cidade de Catu-Ba. A cidade pertencente ao Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano, no Nordeste Brasileiro, do qual fazem parte um total de 22 municípios.

Portanto, o objetivo deste artigo foi verificar, através de um relato de experiência no município de Catu, Bahia, Brasil, a adesão de mulheres em situação de vulnerabilidade social em um projeto de empreendedorismo gastronômico. Foi realizado um levantamento de mulheres em vulnerabilidade social no município de Catu-Bahia, elaborou-se um diagnóstico das principais demandas de propostas para capacitá-las como empreendedoras, criou-se um roteiro de atividades e orientou-se para a realização de ações de empreendedorismo gastronômico. Acredita-se que a importância deste trabalho reside no seu impacto social pelo desenvolvimento de uma atuação pedagógica voltada para os interesses e necessidades da sociedade, na busca da superação das desigualdades e exclusão, contribuindo com a implementação de políticas públicas, desenvolvimento local e regional, relação dialógica com a sociedade e articulação dos saberes acadêmico e popular, possibilitando a produção de conhecimento e desenvolvimento de parcerias interinstitucionais.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Vulnerabilidade social e a situação da mulher

O conceito de vulnerabilidade está relacionado ao risco de ser danificado ou ferido, o que se relaciona como “agressão” ou simplesmente uma força de origem externa, não sendo exclusivo para humanos: uma pessoa vulnerável pode ser aquela que sofreu uma lesão, um navio ao risco de ser atacado por um inimigo e um animal menor e ser devorado por um maior. Na realidade familiar a vulnerabilidade está associada à redução de resultados financeiros e sociais perante a crises econômicas pessoais ou choques externos.

Moser (1998) acredita que a população considerada pobre é responsável por gerir uma relação complexa de recursos, ilustrando a forma como afeta a vulnerabilidade e a perpetuação de instabilidade financeira das famílias. No aspecto operacional e prático, esta estrutura leva a busca de oportunidades e redução de obstáculos proporcionando a famílias a utilização produtiva de seus recursos, ao afirmar que a situação de vulnerabilidade poderia ser contrabalançada a partir de uma adequada gestão dos ativos disponíveis independentemente dos ativos escassos.

De acordo com Katzman (2000), a vulnerabilidade social pode ser conceituada como o desajuste entre os ativos e a estrutura de oportunidades, ou seja, os ativos seriam insuficientes, pouco pertinentes ou difíceis de manejar para usufruir da estrutura de oportunidades existente. Para Koga (2003) a pobreza se configura em ausência de renda, discriminações e sofrimentos que repercutem nas condições de vida. Algumas características podem ser associadas à situação de vulnerabilidade social: inserção e

estabilidade no mercado de trabalho, debilidade das relações sociais e grau de regularidade de acesso aos serviços públicos ou outras formas de proteção social (PADOIN; VIRGOLIN, 2010).

O Brasil, embora tenha passado por um grande período de desenvolvimento econômico entre 2004 e 2012, quando as políticas educacionais e assistenciais foram ampliadas melhorando as possibilidades das classes baixas terem acesso a serviços de formação, a partir de 2014 entrou em fase de estagnação e recessão que, ao refletir na vulnerabilidade social, tem encaminhado à desaceleração e a índices que inspiram atenção. Os índices de vulnerabilidade social (IVS), no Brasil, embora tenham tido importantes avanços entre os anos de 2000 a 2010, após 2012, começaram a apresentar estagnação e, em 2014, apresentaram nova alta (ROCHA *et al.*, 2015; 2017).

Este diagnóstico lembra que se faz necessário manter e ampliar políticas e programas sociais vinculados a esta problemática, com o intuito de melhoria social de grupos que vivem em extrema pobreza no Brasil:

Mesmo com significativos avanços, ao desagregarmos estas informações, podemos observar as desigualdades latentes entre negros e brancos, mulheres e homens, ou indivíduos que residem em áreas rurais ou urbanas, denotando as diferentes faces das desigualdades para distintos extratos da nossa sociedade. (ROCHA *et al.*, 2017, p. 19).

Ao se debruçar sobre as diferenças de cor, sexo e ocupação geográfica os índices são ainda mais alarmantes, em alguns casos. Por exemplo: as taxas de mulheres, mães de família e adolescentes entre 10 e 17 anos grávidas, em torno de 7%, ainda é alta no Brasil (ROCHA *et al.*, 2017). No caso da mulheres brasileiras, de 2000 a 2010, o IVS diminuiu 28%, passando a vulnerabilidade de alta para média (ROCHA *et al.*, 2017). A partir de 2010, esses índices subiram no Centro-Sul do Brasil e incidiram no enquadramento do País na categoria de baixa vulnerabilidade. Contudo, ao analisar exclusivamente a dimensão Renda e Trabalho, percebe-se que há paulatino aumento da presença feminina no mundo do trabalho, porém sem a equivalência da equitativa igualdade de gênero nos ambientes profissionais.

As mudanças ocorridas nas famílias brasileiras, registradas no Censo 2010 (IBGE, 2012) indicam para uma multiplicidade de formas e organização, impostas pelos novos tipos de união (entre os sexos), aumento de mães solteiras e de separações e divórcios e a novos padrões de sociabilidade e relações de gênero. Em dez anos, de 2000 a 2010, o Censo destaca que o papel da mulher responsável pela família subiu de 22,2% para 37,3%.

Observa-se portanto “a persistente desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e, conseqüentemente, em níveis ainda expressivos de vulnerabilidade das mulheres no Brasil.” (ROCHA *et al.*, 2017, p. 89).

Complementarmente, identifica-se que no Brasil, o conceito de vulnerabilidade foi largamente debatido e estendido a três contextos distintos e complementares: individual, programática e social. Desse modo, observa-se que a vulnerabilidade se relaciona com desigualdades sociais, iniquidades em saúde e barreiras de acesso a serviços e práticas de saúde, causando fragilidades familiares e individuais em razão da violação de direitos, carências ou ausência de suporte (CHAVES; RATO, 2018). As famílias nas camadas menos favorecidas da população chefiadas por mulheres são em grande parte associadas às situações de vulnerabilidade econômica, pois a mulher é a

única economicamente ativa no domicílio, possui funções domésticas e de cuidado com os filhos e geralmente empregos mal remunerados em tempo parcial ou intermitente (CARVALHO, 1998).

Para Pinto (2011), as mulheres assumem uma sobrecarga de papéis frente as dificuldades sociais, econômicas e de violência. Este cenário faz com que se sobressaia por um lado a baixa estima, as frustrações, os medos e anseios, e por outro, a coragem e a perseverança. Esta autora acredita que elas apresentam elevado grau de vulnerabilidade emocional, como consequência da violência e exploração a que foram submetidas, ou fragilização e abandono a que estão expostas, na procura por estratégias para a sobrevivência de seu lar.

## **2.2 Empreendedorismo como estratégia de geração de renda**

No século XXI, as políticas de geração de trabalho e renda no Brasil têm acompanhado as recomendações das agências multilaterais de desenvolvimento econômico com o intuito de inovar as estratégias de enfrentamento do desemprego. Neste contexto, a criação de programas alicerçados na lógica do desenvolvimento local ganha força devido um processo de ressignificação do trabalho informal através das ideologias do empreendedorismo, da economia solidária, do capital social, entre outros, que podem amenizar ou resolver as dificuldades de encontrar trabalho estável em prol da criação de formas flexíveis de inserção no mercado de trabalho. Na realidade brasileira, estas recomendações começaram a vigorar a partir dos anos 1990 com a criação de programas de assistência social focalizada nos mais pobres e na ênfase do microempreendedor enquanto principal estratégia de enfrentamento do aumento dos índices de desocupação.

Deste modo, o resgate do conceito de empreendedorismo é seguido por novas abordagens, nas quais a questão da inovação originalmente concebidas abre espaço para interpretações mais flexíveis, que consideram o empreendedor como o indivíduo cujas ideias são transformadas em valores econômicos, independentemente do seu conteúdo inovador ou da criação de uma nova empresa (DUARTE, 2008), em que o empreendedorismo é “[...] qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou uma nova iniciativa, tal como emprego próprio, uma nova organização empresarial ou a expansão de um negócio existente, por um indivíduo, equipe de indivíduos ou negócios estabelecidos” (GRECO, 2010, p. 4).

Esta definição demonstra o movimento de fluidez do empreendedorismo enquanto conceito, já que contempla distintas categorias ocupacionais que não necessariamente incluem os elementos das concepções clássicas sobre o empreendedorismo (inovação, mudança, geração de riqueza, criação de novos produtos e até mesmo a criação de uma empresa) o que colabora para um processo de elasticidade do conceito, ressignificando o trabalho autônomo, na maioria das vezes informal, enquanto atividade empreendedora.

Uma das formas de empreendedorismo que vem ganhando espaço com alternativa de desenvolvimento econômico, social e de empregabilidade é o empreendedorismo individual. No fim do século XX, o contexto da economia brasileira é de recessão, quando muitos empreendedores enxergam uma oportunidade de autonomia com abertura de novos negócios, crescimento econômico real e desempenho positivo do mercado.

Contudo, a cultura empreendedora no país é acompanhada de índices expressivos de desemprego e informalidade, contabilizando, em 2016, um total de 52



milhões de empreendedores entre 18 e 64 anos, ao mesmo tempo que registra, em 2017, 13,2 milhões de pessoas desocupadas e 10,7 milhões de trabalhadores informais (GEM, 2016; IBGE, 2017).

Como alternativa ao fenômeno do trabalho informal, o Estado tem criado programas e projetos de fomento à formalização do trabalho, direcionados a empreendedores informais. Entre tais iniciativas está o Programa do Microempreendedor Individual (PMEI), instituído em nível federal no ano de 2008, representando uma das principais estratégias de enfrentamento ao desemprego e à informalidade no país. Criado através da Lei Complementar nº 123/2006 (BRASIL, 2006), o PMEI reconhece como Microempreendedor Individual (MEI) o indivíduo que trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário, cujo faturamento máximo anual é de R\$ 60.000,00, não sendo permitida a sua participação como sócio ou titular de outra empresa.

A GEM realizou uma pesquisa no ano de 2016 que revelou que 71% dos empreendedores brasileiros iniciais possuíam renda familiar entre um a três salários mínimos, faixa salarial classificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como classe “D”, considerada baixa, apenas superior a classe “E”. Cabe destacar que essa modalidade de empreendedores — os iniciais — constitui a maior parcela dos brasileiros, cuja taxa é de 19,6% (GEM, 2016).

### 2.3 Empreendedorismo gastronômico

A alimentação é um dos modos mais antigos de socialização entre os povos. Seu conceito envolve o alimento, aspectos culturais e sociais. Schluter (2003, p.13) conceitua a alimentação como “um processo consciente e voluntário que se ajusta a diferentes normas segundo cada cultura e no qual o ser humano é socializado desde o seu nascimento”. Neto e Urias (2011, p. 330) endossam o vínculo da alimentação com as relações sociais, em que “a comida é um conjunto de relações sociais e ambientais”.

Esta cultura alimentar é simbolizada através da gastronomia que é a arte, o estudo, o conhecimento e a prática ao preparo e degustação (CATUREGLI, 2011). Já o Turismo gastronômico é associado a deslocamentos para fora do local habitual de residência, motivados no todo ou em parte, pelo interesse em alimentos e bebidas (HALL *et al.*, 2003).

A gastronomia aumenta seu reconhecimento no sistema turístico. A quantidade de viajantes que se deslocam em busca de conhecer e desfrutar as manifestações gastronômicas de outros lugares não pode ser ignorada. Mesmo os visitantes sem interesse no tema dificilmente não terão contato com fornecedores de comida locais. Os restaurantes, bares e diversos tipos de empreendimentos gastronômicos influenciam a experiência do visitante e a percepção do destino. A comida do lugar é um atrativo turístico, fonte de valor simbólico e diferencial competitivo para a localidade. Percebe-se a importância de iniciativas de empreendedorismo gastronômico para o movimento da economia local, o desenvolvimento da atividade turística e a empregabilidade, ou seja, solução dos mais variados problemas.

Os negócios no mercado de alimentação estão prosperando frente a crise econômica existente no país. O empreendedorismo tem sido mais praticado em função da falta de oportunidades e empregos e devido à diminuição da renda de boa parte da população. Os serviços de alimentação foram responsáveis, em 2009, pela maior parcela da receita e número de empresas dos serviços prestados às famílias. Estima-se que o setor de serviços de alimentação era composto de 187 mil empresas (20,3% do total das

empresas de serviços no Brasil), que absorviam 1,2 milhão de pessoas (IBGE, 2009). Em 2010, o setor de serviços de alimentação registrou vendas de R\$ 75,1 bilhões, sendo R\$ 17,4 bilhões por meio dos restaurantes comerciais, R\$ 9,3 bilhões dos *fast foods* e R\$ 8,2 bilhões das lanchonetes (ANUÁRIO BRASILEIRO DA ALIMENTAÇÃO, 2011).

As unidades produtoras de refeições elaboram e fornecem refeições aos clientes, atendendo as condições impostas ao homem pela transformação do modo de vida, que passam pelas exigências do trabalho (horários e distância das residências) e pelo aumento da ocupação feminina no mercado de trabalho, levando à transição da alimentação feita em casa para o local de trabalho (JOMORI, 2006).

Surgiram, portanto, muitos estabelecimentos do ramo, sejam nas pequenas ou grandes cidades, gerenciados por familiares e/ou independentes, mas costumam ter um bom faturamento e tem se tornado a atividade principal desses empreendedores.

Pode-se perceber a importância do empreendedorismo gastronômico como uma alternativa de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade social. A capacitação para gerir um negócio que não envolve um investimento financeiro alto pode vir a trazer benefícios para este público-alvo e toda a comunidade.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Modalidade da Pesquisa

Esta pesquisa teve caráter exploratório para maior familiarização com o tema para propostas de intervenção. O método utilizado foi a pesquisa-ação. Este é um tipo de pesquisa participante comumente usada na área da educação, contudo, também pode ser aplicada em qualquer ambiente de interação social que se caracterize por um problema, no qual estão envolvidos pessoas, tarefas e procedimentos.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é criada e aplicada com iminente vínculo com uma ação ou com a solução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (THIOLLENT, 1985).

A pesquisa-ação é caracterizada por um modo de pesquisar em contextos em que também se é uma pessoa da prática e se deseja melhorar a compreensão desta. As próximas sessões apresentam o detalhamento deste arcabouço metodológico e os resultados encontrados.

#### 3.2 Descrição do Objeto de Estudo

O trabalho teve como público-alvo mulheres em situação de vulnerabilidade social no município de Catu, Bahia, Brasil. A identificação deste público se deu a partir de dados secundários coletados na Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, que foi parceira do projeto e intermediou o contato com o grupo. Esta pesquisa buscou a interação com a prática, já que, para a proposição de iniciativas empreendedoras para mulheres em situação de vulnerabilidade no município de Catu-BA, Brasil, foi necessário apresentar o tema aos atores sociais envolvidos. Deste modo, desenvolveu-se o conhecimento e a compreensão como parte da prática.

Embora o público-alvo tenha sido 50 mulheres, o projeto alcançou apenas 26. Foram realizadas ligações telefônicas, além da entrega dos *folders* do projeto e da disponibilização de transporte para o deslocamento para o local onde foram realizados o

ciclo de palestras e oficinas, contudo, as participações foram esporádicas. Deste grupo de 26 mulheres, apenas três participaram de todo o projeto. Importante reforçar que muitas delas compareceram à instituição e, ao ter ciência do que era o projeto desistiam, afirmando que pensavam se tratar de inscrição para benefícios sociais.

O trabalho foi desenvolvido em etapas, divididas conforme os objetivos propostos no projeto, realizadas entre maio e setembro de 2019.

### **3.3 Técnica de Coleta de Dados**

#### **3.3.1 Visitas técnicas**

A primeira etapa do trabalho foi a realização de visitas à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do município de Catu para levantamento de dados primários e secundários.

Foram realizadas reuniões com a equipe executora do projeto para revisão de literatura sobre vulnerabilidade social, empreendedorismo gastronômico e emprego e renda. O levantamento permitiu o diagnóstico do público-alvo em termos de indicadores econômicos e sociais: faixa etária, renda *per capita*, grau de escolaridade, ocupação, quantidade de membros na família etc.

Foram agendados dois encontros: o primeiro teve o intuito de apresentação da equipe e do projeto e o segundo para a criação do cronograma de visitas aos Centros de Atenção Psicossocial – CAP - do município para a apresentação do projeto e sensibilização do público-alvo para a participação.

#### **3.3.2 Elaboração de cronograma de trabalho**

Na segunda etapa do projeto, os encontros com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos foram para a elaboração do cronograma de trabalho em parceria com membros dos dois CAP do município. Após consulta ao cronograma de atividades dos centros que realizam sistematicamente reuniões de assistência a mulheres em situação de vulnerabilidade, houve um consenso que o melhor local para a apresentação do projeto seria a sede da Secretaria. Acordou-se que membros dos CAP entrariam em contato com o público-alvo, convidando para participar do projeto.

A equipe executora realizou dois encontros para a apresentação do projeto e levantamento de expectativas para o ciclo de palestras e oficinas. Além do público-alvo, estes encontros contaram com a participação de membros da Secretaria e dos CAP.

#### **3.3.3 Instrumentos de coleta de dados**

Durante os encontros foram realizadas entrevistas semiestruturadas com membros da Secretaria de Desenvolvimento Social e dos CAP e aplicados questionários com estes e com o público-alvo para compreender quais expectativas de capacitação. No que concerne a estes instrumentos, as perguntas versavam sobre faixa etária, etnia, estado civil, formação, bairro de residência e condições de moradia, quantidade de pessoas na residência, renda, ocupação profissional, escolaridade, participação na vida econômica da família, interesse em trabalhar com alimentação e interesse em empreender.

As entrevistas semiestruturadas tiveram como objetivo o diagnóstico de ações a serem executadas e a programação de reuniões de sensibilização para tentar conscientizar sobre a importância do empreendedorismo.



### **3.3.4 Análise dos dados**

Utilizou-se o software Microsoft Excel 2016 para a análise estatística descritiva dos dados levantados durante o projeto.

### **3.4 Capacitação do Público**

Esta fase tinha como objetivo verificar a adesão do público-alvo nas palestras e oficinas de capacitação em empreendedorismo gastronômico.

A partir dos resultados encontrados foram elaboradas propostas de capacitação para o público-alvo: ciclo de palestras sobre higiene alimentar, empreendedorismo, micro empreendedorismo individual, empregabilidade e administração financeira e oficinas de gastronomia, a saber: oficina de massas para salgados, panificação e confeitaria, caldos e aproveitamento integral do alimento e confeitaria e sobremesas.

A equipe executora decidiu oferecer inicialmente o ciclo de palestras sobre Boas Práticas e Empreendedorismo, seguido das oficinas. A equipe também decidiu que o conteúdo sobre Administração Financeira seria pulverizado entre o ciclo de palestras e as oficinas em função do grau de instrução da maioria delas não permitir um aprofundamento sobre o tema. À medida que as atividades foram desenvolvidas, os instrutores explicavam como deveria ser a composição dos custos, no caso das oficinas gastronômicas. No ciclo de palestras sobre Empreendedorismo e Micro Empreendedorismo Individual houve a oportunidade de explicar como se tornar um MEI e dar algumas orientações sobre planejamento financeira familiar e empregabilidade.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 Resultados das Visitas Técnicas**

Os encontros com membros da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do município de Catu permitiram identificar a oferta de ações semelhantes ao deste projeto junto ao público-alvo. Durante as visitas, embora o intuito tenha sido a apresentação da proposta, percebeu-se que os profissionais tinham a necessidade de discorrer sobre o trabalho executado pela Secretaria e os resultados alcançados por eles. A prefeitura do município oferece cursos de capacitação em diversas áreas, inclusive em alimentação fora do lar e intermedia a Coordenação do Programa Bolsa Família oferecido pelo Governo do Estado. Além disso, o município ainda oferece algumas ações de cunho assistencial como a entrega de peixes na Semana Santa desde o ano de 2013 para famílias em situação de vulnerabilidade social: todas as famílias beneficiárias do Bolsa Família cadastram-se para o recebimento de Benefício Eventual, o tradicional peixe da Semana Santa.

Os membros da Secretaria relataram a necessidade de estudos de ações mais eficientes para a obtenção de resultados satisfatórios para a mudança da situação de vulnerabilidade, inclusive das mulheres já que a procura por benefícios é proporcionalmente maior do que por capacitações. Este cenário é mais um indício dos estudos de Moser (1998), ao discutir a vulnerabilidade social associada à dificuldade da população pobre em gerir produtivamente seus recursos. Embora sejam oferecidas propostas de autossustento, existe uma dificuldade de entendimento por parte deste

público-alvo em perceber que a capacitação poderá trazer um resultado mais eficiente em longo prazo do que o recebimento de benefícios sociais.

Ressalta-se que a expectativa inicial de boa parte das mulheres que compareceram aos encontros era de receber algum auxílio financeiro ou outro tipo de benefício, a exemplo do peixe da Semana Santa. Ao ouvirem estes relatos, os membros da Secretaria e do CAP reforçaram a importância de ações de capacitação como instrumentos que poderiam facilitar a obtenção de algum tipo de renda ou independência financeira. A equipe executora do projeto reforçou o discurso dos membros da prefeitura explicando não apenas a proposta de ciclos de palestras, minicursos e oficinas, como também o objetivo principal do projeto, ou seja, a transformação de vidas através do empreendedorismo gastronômico.

Tais resultados endossam a análise de Koga (2003), ao associar a pobreza não apenas a ausência de renda, como também discriminações e sofrimento, causando repercussões nas condições de vida: a vulnerabilidade social. Uma das principais repercussões, conforme exposto por Padoin e Virgolin (2010), é a debilidade das relações sociais e o grau de dependência em proteção social.

Observou-se demandas relativas à administração financeira e empreendedorismo, sobretudo em como se tornar um MEI. Também se levantou a necessidade de capacitação em Boas Práticas de manipulação de alimentos e higiene alimentar. Por fim, após o levantamento de necessidades, foram propostas oficinas de elaboração de salgados, panificação, confeitaria, aproveitamento integral do alimento e sobremesas.

#### **4.2 Dados Socioeconômicos**

A média de idade das mulheres foi de 37,52 anos. Em relação à etnia, 65% delas se autodeclararam pardas; 24% negras; 4% amarelas e 7% brancas. Quanto ao estado civil, 69% das entrevistadas eram solteiras, 15% casadas; 8% em união estável e 8% viúvas. Quanto à formação, 35% declararam ter o ensino fundamental incompleto; 15% ensino fundamental completo; 23% ensino médio incompleto; 15% ensino médio completo e 12% superior incompleto.

Quando questionadas sobre a residência, 58% das entrevistadas afirmaram morar em casa própria, 23% em casa alugada e 19% em casa emprestada. Em relação à moradia, 92% das entrevistadas moravam na zona urbana e 8% na zona rural. Apenas 8% das entrevistadas afirmaram morar sozinha. No que concerne à quantidade de membros na família, 38% afirmaram viver com mais de duas pessoas; 46% dividem a residência com quatro a sete pessoas e 8% de oito a dez pessoas.

A etapa seguinte da pesquisa fez referência aos aspectos econômicos. Apenas 23% das entrevistadas afirmaram exercer atividade remunerada e 77% afirmaram não exercer qualquer tipo de atividade econômica. Das que trabalhavam, 83% se declararam autônomas e 17% afirmaram serem servidoras públicas. Em relação a renda individual, 12% afirmaram não ter renda; 16% até dois salários-mínimos; 8% de três a cinco salários-mínimos e 64% afirmaram receber algum benefício social.

Em relação à participação na vida econômica da família, os resultados da pesquisa apontaram que 40% das entrevistadas eram responsáveis pelo próprio sustento; 20% sustentadas pelo cônjuge; 20% sustentadas pelos pais e 20% sustentadas por parentes ou amigos, sendo que a renda familiar de 92% das entrevistadas era de até dois salários-mínimos e apenas 8% entre três e quatro salários-mínimos. Ainda em relação à renda familiar, 15% das respostas indicaram que apenas uma pessoa vive com a renda

da família; 20% até duas pessoas; 15% até três pessoas; 20% até quatro pessoas e 30% até cinco pessoas.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011), no Brasil o número de mulheres que chefiam domicílios passou de 22,2% para 38,8% entre 2000 e 2013, chegando a 57,3 milhões de domicílios sob a responsabilidade de mulheres. Segundo o IBGE (2010), o rendimento médio real mensal de todas as fontes, das mulheres de 10 anos ou mais de idade correspondia a 65% da renda dos homens. Em 2010, subiu para 68%<sup>10</sup>, o que revela o avanço das mulheres, mas ainda longe de alcançar a igualdade. Estes dados coincidem com os encontrados na pesquisa, reforçando a necessidade de empoderamento e autonomia das mulheres em busca de autossustento.

A última etapa da pesquisa foi voltada para o objetivo do projeto, ou seja, interesse no empreendedorismo gastronômico. Os resultados apontaram que 54% das entrevistadas afirmaram terem experiência no trabalho com alimentação e 46% informaram não terem experiência. Já em relação ao interesse em trabalhar na área, 92% das mulheres informaram que tinham interesse e 8% informaram que não tinham interesse. Quanto ao interesse em ter o próprio negócio, 88% das entrevistadas afirmaram terem interesse e apenas 12% informaram não terem interesse.

A aplicação dos questionários permitiu, de fato, identificar que o público-alvo era composto por mulheres em situação de vulnerabilidade social. A maioria delas era ou chefes de família ou sustentadas por familiares, parentes ou amigos e a maior fonte de renda eram os benefícios sociais do governo, coadunando com os resultados encontrados pelo IBGE no cenário nacional. Contudo, ao analisar conjuntamente os resultados da pesquisa primária como as entrevistas com membros da Secretaria de Desenvolvimento Social e dos CAP e as entrevistas e convívio com as pesquisadas, pode-se perceber alguma dificuldade destas mulheres em entender a necessidade de ações mais efetivas para a mudança do quadro de vulnerabilidade. Algumas delas afirmaram já terem procurado empregos formais, outras já desenvolviam iniciativas de empreendedorismo (gastronômico ou não), porém, o discurso e a postura da maioria delas era a busca de outros benefícios sociais, não acreditando que poderiam ter autossuficiência econômica através de seus próprios esforços, reforçando os estudos sobre vulnerabilidade social onde a exclusão social relaciona-se em maior parte com a pobreza, já que as pessoas que ocupam essa condição encontram-se em risco pessoal e social. Este resultado reforça mais uma vez o discurso de Koga (2003), que afirma que a pobreza inclui além da ausência de renda, discriminações e sofrimentos, repercutindo nas condições de vida.

Os resultados da pesquisa permitiram observar que os baixos índices de formação educacional e o desfavorecimento em termos de retribuição salarial e reconhecimento do trabalho das mulheres. Verifica-se, nesse sentido, que o grupo estudado constitui um potencial campo de investigação para os estudos de gênero, vulnerabilidade e empreendedorismo e para a proposição de medidas que possibilitem a mudança dos índices de desigualdade, que cooperem para a desconstrução das dicotomias de gênero e para a emancipação feminina. Dessa maneira, percebe-se a importância de ações de extensão da educação que visa a ofertar formação educacional a mulheres em situação de vulnerabilidade social e oferecer-lhes instrumentos para qualificação profissional e para atitudes empreendedoras para transformação dessa realidade.

Outrossim, ainda que seja possível verificar avanços significativos nos indicadores de desenvolvimento humano, observa-se que seus efeitos sobre o nível das

desigualdades sociais no país não se reproduzem na mesma escala, como pode ser comprovado neste projeto. Isso denota uma estrutura mais ampla dos mecanismos de reprodução das desigualdades associados às questões históricas, sociais, culturais e políticas da formação da sociedade brasileira, como exposto por Pardoim e Virgolin (2010), ao alegar que a vulnerabilidade social está vinculada a debilidade das relações sociais e às dificuldades de acesso aos serviços públicos e outras formas de proteção social. Contudo, os dados alcançados na pesquisa não permitiram tampouco tinham o intuito de averiguar a causa da vulnerabilidade. Seria, portanto, necessário um novo estudo para debruçar-se sobre este tema.

### 4.3 Participação na Capacitação

No que se refere ao ciclo de palestras foram realizados dois eventos no Laboratório de Cozinha do *Campus*: o primeiro foi sobre Boas Práticas na Cozinha e o segundo sobre Empreendedorismo, Gastronomia e Micro Empreendedorismo Individual.

Após o ciclo de palestras foram realizadas oficinas sobre Produção de Massas para Salgados, Preparação de Caldos e Aproveitamento Integral do Alimento, Confeitaria e Elaboração de Sobremesas. As oficinas tiveram duração de quatro horas e ocorreram quinzenalmente entre maio e junho de 2019.

Observou-se uma baixa adesão à sua proposta de oficinas e palestras. Os encontros contaram, em média, com dez participantes. A cada encontro a Secretaria entrava em contato previamente com as inscritas e informava sobre a disponibilização do transporte conduzir as participantes da sede da Secretaria para o *Campus*, sempre acompanhadas de um funcionário de lá. Embora todos estes esforços envidados, a adesão ao projeto foi abaixo da planejada. Importante reiterar que, embora o número total de adesões tenha sido de 26 participantes, a média eram de dez e apenas três participantes conseguiram participar de todas as atividades.

No decorrer do trabalho pode-se observar que, mesmo com o empenho da equipe executora e dos membros da Secretaria do município para a participação e capacitação de mulheres em vulnerabilidade em busca de alternativas para autossuficiência econômica, ainda existe uma cultura voltada para o recebimento de benefícios sociais ao invés da busca pelo autossustento. Aparentemente, estas mulheres não acreditavam que poderiam gerenciar as suas vidas financeiras, embora conseguissem, em sua maioria, sobreviver com o benefício do Bolsa Família (cerca de R\$ 89,00 por pessoa). Contudo, a vulnerabilidade social é um tema complexo e um resultado isolado não consegue mensurar qualitativamente quais as reais causas desta apatia em relação a iniciativas empreendedoras. É preciso considerar outros aspectos, principalmente os psicológicos, sociais e antropológicos.

Estes estudos poderão permitir que as mulheres compreendam que os produtos gerados nas oficinas são essenciais para que elas integrem às suas experiências novas práticas, conscientizando-se da importância do trabalho, da educação e do papel da mulher na sociedade. Tais metodologias somam-se ao entendimento de que todo ser humano possui direitos e que é necessário cada vez mais apropriar-se dos diferentes conhecimentos produzidos para a emancipação social.

Percebe-se, portanto, a necessidade de realização de estudos para identificar as causas da falta de engajamento do público-alvo visto que, conforme relatado por membros da Secretaria, já houve outros projetos na área de gastronomia e em outras áreas e os resultados foram semelhantes aos alcançados neste projeto em termos de

participação. Esta seria uma das causas da dificuldade em modificar a situação de vulnerabilidade social.

## 5 CONCLUSÃO

A proposta deste artigo foi apresentar um relato de experiência sobre a realização de um projeto que teve por objetivo verificar a adesão a capacitação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social no município de Catu, Bahia, através de iniciativas de empreendedorismo gastronômico.

Nesse sentido, o mais importante componente que estrutura o projeto, a sua metodologia, tem se mostrado uma importante ferramenta para a inclusão social por meio da educação. Isso só é possível porque a extensão é uma das dimensões do processo de ensino-aprendizagem que mais fortalece a relação com a comunidade. Para as instituições de ensino tem sido um dos caminhos de criar uma relação dialógica com as diversidades, integrando o conhecimento acadêmico ao itinerário formativo de mulheres que têm menos oportunidades em suas vidas.

Nessa perspectiva, é importante a articulação e integração das estruturas e serviços de apoio possibilitadas pela parceria com a Prefeitura Municipal de Catu, que ampliam a capacidade de atendimento e buscam soluções para o problema da vulnerabilidade social feminina.

No que concerne a realização da pesquisa, após o diagnóstico do público-alvo, levantamento de dados e execução de minicursos e oficinas pode-se afirmar que embora os objetivos do projeto tenham sido alcançados, a baixa adesão ao projeto foi detectada como um ponto crítico a ser discutido e trabalhado dentro das políticas públicas locais para intervenção. Percebe-se a necessidade de pesquisas para identificar ações que possam atingir mulheres em situação de vulnerabilidade social com mais efetividade e, de fato, ser um agente de transformação social.

A vulnerabilidade social, independente do gênero ou faixa etária, ainda é um problema crônico, sobretudo em países como o Brasil, de dimensões continentais e em desenvolvimento, onde indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que avalia a qualidade de vida, renda e grau de educação nem sempre refletem as realidades locais.

Neste sentido, levanta-se a possibilidade de complementar esta pesquisa com novos projetos e permitir que instituições de ensino possam exercer seu papel de difusores do conhecimento e exercitar a cidadania, principalmente ao envolver os estudantes para se tornarem multiplicadores do processo. A pesquisa concluiu, portanto, a necessidade de realização de estudos em busca de ações mais efetivas para a diminuição da vulnerabilidade social das mulheres do município de Catu, Bahia.

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Instituto Federal Baiano (IF Baiano), *Campus Catu*, pelo auxílio a esta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DA ALIMENTAÇÃO. **Os números da alimentação fora do lar.** p.10-19, 2011. Disponível em: <http://www.alimentacaoforadolar.com.br/default.asp>. Acesso em: 27 jul. 2018.



BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de 2006. **Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm). Acesso em: 30 jul. 2018.

CARVALHO, L. Família chefiada por mulheres: relevância para uma política social dirigida. **Revista Serviço Social & Sociedade**, a. XIX, n.57, p.74-98, jul, 1998.

CATUREGLI, M.G. **Gastronomia de A a Z**: principais alimentos, bebidas, utensílios e modos de preparo da cozinha mundial descritos e traduzidos para o português. São Paulo: Aleph, 2011.

CHAVES, S. E; RATTO, C. G. Fronteiras da formação em saúde: Notas sobre a potência da vulnerabilidade. **Comunicação, Saúde, Educação**, 22(64), 189-198, 2018.

DUARTE, R. M. T. **Determinantes de Empreendedorismo**: o papel dos BIC. 2008. 117f. Dissertação (Mestrado em Inovação e Empreendedorismo Tecnológico)-Universidade do Porto, Faculdade de Engenharia, Lisboa, 2008.

FUNDAÇÃO SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Indicadores de desigualdade racial – IDR**. São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/lista-produtos/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

GRECO, S.M.S.S. **Empreendedorismo no Brasil**: 2016. Curitiba: IBQP, 2016. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GEM%20Nacional%20-%20web.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2020.

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. **Estudo sobre o empreendedorismo**. Lisboa, 2010. Disponível em: [http://www.empreender.aip.pt/irj/go/km/docs/sitemanager/www\\_empreender\\_aip\\_pt/documentos/pt/barometro/destaque/GEM\\_Portugal\\_Final.pdf](http://www.empreender.aip.pt/irj/go/km/docs/sitemanager/www_empreender_aip_pt/documentos/pt/barometro/destaque/GEM_Portugal_Final.pdf). Acesso em: 11 fev. 2020.

GOMES, M.A.; PEREIRA, M.L.D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.10, n.2, p.357-363, 2005.

HARRINGTON, A.R.J; OTTENBACHER, M.C. Culinary tourism: a case study of the gastronomic capital. **Journal of Culinary Science & Technology**, v.8, p.1, p.14-32, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Famílias e domicílios. Resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012, 1–203.

\_\_\_\_\_. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). **Segurança alimentar 2004/2009**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação Rio de Janeiro: IBGE 2010.

\_\_\_\_\_. **Indicadores IBGE**: pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua - Pnad contínua: principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012-2017. Brasília (DF), 2017. Disponível em:

[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho e Rendimento/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilios continua/Principais destaques PNAD continua 2012 2017/PNAD continua retrospectiva 2012 2017.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaque_PNAD_continua_2012_2017/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2017.pdf). Acesso em: 11 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Anual de Serviços**. Rio de Janeiro, v. 11, p.201, 2009. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/pas2009/pas2009.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). **Retrato das desigualdades de gênero e raça** 4ª ed. Brasília: IPEA; 2011.

JOMORI, M.M. **Escolha alimentar do comensal de um restaurante por peso**. 2006. 129f. Dissertação (Mestrado em Nutrição)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em <http://www.tede.ufsc.br/teses/PNTR0017.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

KATZMAN, Rúben. Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social. In: Quinto Taller Regional sobre la medición de la pobreza: métodos y aplicaciones: documentos presentados, Águas Calientes, 6 al 8 de junio, Santiago de Chile, CEPAL, 2000, p.275-301.

KOGA, D. **Medida de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

HALL, C. M *et al.* **Development, Management and Markets**. Butterworth-Heinemann: Oxford, 2003.

MOSER, C. The asset vulnerability framework: reassessing urban povety reduction strategies. **World Development**, v.26, n.1, p.1-19, 1998.

MTC. Ministry of Tourism and Culture. **Ontario's four-year culinary tourism strategy and action plan 2011-2015**. Ontário, 2015.

MTur. Ministério do Turismo. **A importância da gastronomia para o turismo brasileiro**, 2012. Disponível em [http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas\\_noticias/20130814.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20130814.html). Acesso em: 11 fev 2020.

NETO, E. C.; URIAS, L. Personalidade gastronômica e destinos turísticos: avaliação dos canais de comunicação na projeção dos atrativos gastronômicos no nordeste brasileiro. **Revista Turismo em Análise**, v.22, n.2, p.322-340, 2011. Disponível em <http://www.turismoemanalise.org.br/index.php/turismoemanalise/article/view/153>. Acesso em: 23 set. 2019.

SCHLUTER, R. G. **Gastronomia e turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

PADOIN, I. G; VIRGOLIN, I. W. C. A vulnerabilidade social como uma dificuldade a participação política. In: **Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, UNICRUZ, 2010.

PINTO, R. M. F. *et al* . Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. **Serv. Soc. Soc.**, n.105, p.167-179, jan./mar. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282011000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02 jun. 2020.

ROCHA, B. N; CURY, R. L. C; MARGUTI, B. O; COSTA, M. A. **A Dimensão de Gênero no Índice de Vulnerabilidade Social (IVS): Alguns Apontamentos Teóricos e Analíticos**. 2015. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7947/1/BRU\\_n16\\_Dimens%C3%A3o.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7947/1/BRU_n16_Dimens%C3%A3o.pdf) . Acesso em: 29 jul. 2020.

SEBRAE. Programação de Formalização e Formação de Microempreendedores Individuais -PROIFFMEI", AE, **Cartilha perfil do microempreendedor individual**, 2013. Disponível em: [http://ambientedigital.sebrae.com.br/Download/Arquivos/Perfil\\_MEI\\_2013.pdf](http://ambientedigital.sebrae.com.br/Download/Arquivos/Perfil_MEI_2013.pdf). Acesso em: 26 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Disciplina de empreendedorismo**. São Paulo: Manual do aluno, 2007.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

UNWTO. World Tourism Organization. **Global report on food tourism**. AM Reports, v.4, Madrid, 2012.

***Transforming lives: degree of adherence to a gastronomic entrepreneurship proposal for women in socially vulnerable situations***

***Abstract***

*The objective of this article was to verify, through an experience report in the Catu, Bahia, Brazil, the adherence of women in a situation of social vulnerability in a gastronomic entrepreneurship project. The research was carried out through the action research methodology, with 26 women, with technical visits, questionnaires, semi-structured interviews, cycles of lectures and gastronomy workshops. The low adherence of the participants was observed, not achieving constant and absolute presence in the proposed activities. The research concluded that there is a need to conduct studies in search of more effective actions to reduce the social vulnerability of women in the Catu.*

**Keywords:** *Social action. Gastronomic entrepreneurship. Women. Social vulnerability.*

Artigo recebido em 02/06/2020. Artigo aceito em 03/09/2020.